NOTÍCIAS - GERAL

MPF-ES PROCESSA 20 PREFEITURAS POR FALTA DE FREQUÊNCIA MÉDICA

MUNICÍPIOS NÃO ATENDERAM ÀS RECOMENDAÇÕES DA PROCURADORIA VISANDO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE



Publicado em 22/02/2017 às 14:16 (Atualizado em 23/11/2026 às 19:27), postado por Ascom - MPFES, Fonte: Ministério Público FederalES

O Minist?rio P?blico Federal no Esp?rito Santo (MPF/ES), por meio da Procuradoria da Rep?blica em Cachoeiro de Itapemirim, entrou com 20 a?es, contra prefeituras de 20 munic?pios do sul do Estado, para que as administra?es adotem melhorias na qualidade dos servi?os de sa?de prestados ao moradores desses munic?pios.

Descumpriram integralmente as recomenda?es do MPF os munic?pios de Gua?u?, Divino de S?o Louren?o, Dores do Rio Preto, Ibatiba, Muqui, Concei??o do Castelo, Mimoso do Sul, Pi?ma, Ibitirama e Apiac?. J? outros munic?pios chegaram a realizar alguma a??o para implementa??o do controle biom?trico do ponto, mas n?o deram cumprimento integral ?s recomenda?es. S?o eles: Castelo, Irupi, Bom Jesus do Norte, Iconha, Vargem Alta, Cachoeiro de Itapemirim, I?na, Itapemirim, S?o Jos? do Cal?ado e Muniz Freire.

Todas as prefeituras j? haviam recebido recomenda?es do MPF indicando a ado??o de medidas

como o controle de ponto biom?trico de m?dicos e dentistas. No entanto, as administra?es ou n?o acataram as provid?ncias ou somente as acataram parcialmente, sendo, assim, necess?rio o ajuizamento das a?es civis p?blicas.

Pedidos. Nas a?es contra os munic?pios, o MPF/ES pede, com tutela provis?ria de urg?ncia, que, em um prazo de 30 dias, o controle biom?trico do ponto seja implantado e efetivamente colocado em funcionamento para profissionais da ?rea de sa?de remunerados pelos munic?pios com verbas do SUS. Caso a Justi?a acate o pedido do MPF e a prefeitura n?o cumpra a decis?o, a pena sugerida ? de multa de R$ 1 mil por dia de n?o cumprimento.

Transpar?ncia. As a?es do MPF buscam ?garantir a exist?ncia de mecanismos de controle que inibam irregularidades nos servi?os executados pelo SUS, tanto para propiciar aos seus usu?rios a efetiva fiscaliza??o sobre a qualidade da presta??o dos servi?os (cumprimento da jornada pelo m?dicos e odont?logos), como tamb?m materializar a transpar?ncia que deve existir nos atos da administra??o?, diz o documento.

?? sabido que m?dicos e odont?logos n?o costumam se dedicar exclusivamente ao servi?o p?blico, desempenhando diversas outras ocupa?es privadas, o que exp?e o servi?o p?blico ao risco de que a carga hor?ria do trabalho n?o seja cumprida, como, de fato, h? ind?cios de que n?o ?. O modelo de controle de frequ?ncia manual n?o ? adequado para grandes estruturas, como a sa?de, pois favorece a exist?ncia de fraudes. De fato, a folha de ponto permite irregularidades, como preenchimentos retroativos e inconsistentes com a realidade e descredibiliza o controle de frequ?ncia. ? imprescind?vel, pois, a implanta??o do ponto eletr?nico para o fiel cumprimento da assiduidade dos servidores, bem como para proporcionar transpar?ncia a bem do interesse p?blico e igualdade com os demais munic?pios em que j? adotado o sistema?, destaca o MPF na a??o.

Fonte: Ascom-MPF

?

Os n?meros das a?es para consulta no site da Justi?a Federal (www.jfes.jus.br) s?o:

Apiac? - 0003066-29.2017.4.02.5002

Bom Jesus do Norte - 0003084-50.2017.4.02.5002

Cachoeiro de Itapemirim - 0003107-93.2017.4.02.5002

Castelo - 0003113-03.2017.4.02.5002

Concei??o do Castelo - 0003081-95.2017.4.02.5002

Divino de S?o Louren?o - 0003045-53.2017.4.02.5002

Dores do Rio Preto - 0003042-98.2017.4.02.5002

Gua?u? - 0003083-65.2017.4.02.5002

Ibatiba ? 0003079-28.2017.4.02.5002

Ibitirama -?0003068-96.2017.4.02.5002

Iconha - 0003086-20.2017.4.02.5002

Irupi - 0003116-55.2017.4.02.5002

Itapemirim - 0003072-36.2017.4.02.5002

I?na - 0003087-05.2017.4.02.5002

Mimoso do Sul - 0003080-13.2017.4.02.5002

Muniz Freire - 0003110-48.2017.4.02.5002

Muqui - 0003071-51.2017.4.02.5002

Pi?ma - 0003065-44.2017.4.02.5002

S?o Jos? do Cal?ado - 0003075-88.2017.4.02.5002

Vargem Alta ? 0003101-86.2017.4.02.5002

AUTENTICAÇÃO
4a06e39de19017f7ca924ff36a1e08b2
https://camaraiuna.es.gov.br/noticia/2017/02/mpf-es-processa-20-prefeituras-por-falta-de-frequencia-medica.html